

História da pedagogia no Brasil: a contribuição das pesquisas centradas em manuais de ensino

Wojciech Andrzej Kulesza

Resumo

Analisa três linhas de pesquisa, desenvolvidas neste século, focadas em manuais de pedagogia em circulação no Brasil. Após descrever seus instrumentos de pesquisa, é discutida a consistência de seus resultados, particularmente no que se refere às classificações dos manuais elaboradas pelas pesquisas. A partir dos tipos de manuais definidos por essas pesquisas, procura-se avaliar as possibilidades futuras desses programas de pesquisa, especialmente no que tange à ampliação de seus recortes temporais e espaciais. Do ponto de vista da história da pedagogia, argumenta-se sobre a maior potencialidade das pesquisas nessa área cuja categorização dos manuais contemple os modelos escolares historicamente adotados pela escola brasileira.

Palavras-chave: manuais de ensino; modelos escolares; formação do professor.

Abstract

History of pedagogy in Brazil: the contribution of research focused on teaching manuals

This paper analyzes three lines of research that have developed in this century, focusing on teaching manuals in circulation in Brazil. After describing the research tools, the consistency of the results is discussed, particularly, in relation to the categorizations of manuals resulted from researches. Based on the types of manuals defined by these researches, the work seeks to evaluate the future possibilities for these research programs, especially in regard to the expansion of their temporal and spatial cuttings. From the point of view of the history of pedagogy, it is discussed the greater potential of researches on this area, resting on the categorization of manuals that approach school models historically adopted by Brazilian schools.

Keywords: teaching manuals; school models; teacher training.

Introdução

O notável incremento das pesquisas na área de história da educação, tendo como objetos os livros didáticos das últimas décadas do século passado, teve um impacto considerável no Brasil, levando à constituição de grupos de pesquisa e/ou acervos especializados em manuais escolares. A tendência inicial dos pesquisadores em dirigir o foco para os conteúdos presentes nesses materiais, não só no Brasil, mas também no restante da América Latina, pode ser constatada pela análise dos trabalhos apresentados num seminário sobre a temática, realizado em outubro de 1996, em Madrid (Ossenbach; Somoza, 2001). Nessas abordagens essencialmente conteudísticas, os aspectos propriamente pedagógicos ficaram em segundo plano, ao mesmo tempo em que eram enfatizadas, nesses estudos, as dimensões epistemológicas ou político-ideológicas dos impressos, como se pode observar na ampla compilação de trabalhos sobre o livro didático no Brasil preparada para publicação como resultado do referido evento (Ossenbach, 2001). Reportando-se à clássica distinção feita pelos historiadores da ciência que classificam como internalistas os estudos que atribuem a fatores internos da própria ciência o seu desenvolvimento e externalistas aqueles que enfatizam a influência do meio social, pode-se distinguir claramente o caráter internalista apresentado pela maioria dos trabalhos a respeito dos livros de ciências e matemática e o caráter externalista das análises referentes às obras de história e geografia para uso das escolas.

Com o avanço incessante da história cultural em todas as áreas, significativamente exemplificada no caso da história do livro pela

obra de Roger Chartier, os manuais escolares passaram a ser vistos pelos historiadores da educação também sob outras perspectivas, designadamente pelas suas características materiais. À medida que o conceito de cultura escolar ia sendo elaborado, tornava-se iniludível que os livros escolares, em todas as suas formas, constituíam partes não só integrantes dessa cultura, mas também elementos fundamentais para sua diferenciação. A confluência inevitável dessas pesquisas com o desenvolvimento concomitante da história das disciplinas escolares e dos currículos fez com que sobressaísse a importância do livro didático como objeto de investigação histórica da escolarização em geral. As temáticas especificamente pedagógicas passaram a acompanhar *pari passu* os estudos relativos aos livros didáticos, procurando assinalar o seu papel na estrutura e no funcionamento dos diversos graus de ensino, afirmando, assim, a especificidade do campo da história da educação. A polémica Chervel *versus* Chevillard (Bittencourt, 2004) sobre a gênese dos saberes escolares, se estaria determinada pela prática escolar ou pelo desenvolvimento das disciplinas em função da atividade científica, é um bom exemplo do papel decisivo exercido pelos manuais escolares na delimitação do campo educacional em relação a outros saberes.

Todavia, a pedagogia, como disciplina escolar, tem constituído um objeto raro de investigação relativamente às outras disciplinas. Tomando-se como exemplo o Simpósio Internacional Livro Didático, Educação e História (2007) – evento que pode ser considerado representativo do estágio atingido naquele momento pelas pesquisas na área –, dentre as 34 sessões de comunicação coordenadas apresentadas, apenas uma, "Pedagogia e manuais escolares de formação de professores", dedicou-se explicitamente a essa temática. Sem dúvida, a indefinição da pedagogia como disciplina entre os graus de ensino – ora própria do ensino primário, ora integrante da formação docente na escola normal, ou transmutada em curso superior –, a volatilidade das ciências de referência ancorando a pedagogia, seja na filosofia, na psicologia ou nas ciências da educação, a fragilidade de seu estatuto epistemológico devido à permanente tensão em seu interior entre teoria e prática, em suma, a sua complexa inserção no âmbito educacional, dificultou sua constituição como objeto de pesquisa claro e distinto.

Tomando como pressuposto que a constituição das disciplinas se faz conjuntamente com a produção dos manuais escolares, este trabalho, por meio da análise da produção recente sobre a temática, procura deslindar os nexos entre os diversos manuais de pedagogia em circulação no Brasil desde meados do século 19 e os respectivos processos de escolarização. Como veremos, as diversas tentativas de tomar esses manuais escolares como fontes para a história da educação brasileira findaram por extrapolar uma mera descrição do processo de escolarização ou mesmo do cotidiano escolar, estabelecendo, assim, relações de causalidade entre os processos sociais mais abrangentes e as particularidades da escolarização. O debruçar-se dos historiadores da educação sobre os manuais pedagógicos

tem feito com que teias dissimuladas até então pela historiografia sejam reveladas, expondo articulações inusitadas entre ideias, processos, políticas e práticas educacionais.

Uma revisão pioneira

Como sói acontecer nos primórdios de toda investigação científica, os modernos estudos sobre os manuais de pedagogia começaram pela identificação de sua presença em diferentes acervos. O primeiro levantamento desse tipo aqui analisado foi aquele feito por Vivian Batista da Silva para sua dissertação de mestrado (Silva, 2001), com orientação de Denice Barbara Catani, que serviu de base para diversos trabalhos posteriores da autora, inclusive para sua tese de doutorado, também orientada por Catani (Silva, 2006). Todo levantamento implica uma classificação primária para distinguir o que é do que não é; em nosso caso, implica uma classificação para distinguir qual livro é um manual pedagógico e qual não é. Silva optou por considerar manuais pedagógicos os livros destinados ao

ensino de disciplinas profissionalizantes dos currículos de instituições de formação docente, no caso, aquelas diretamente relacionadas com questões educacionais, a saber, a pedagogia, a didática, a metodologia e a prática de ensino. (2003, p. 30).

Em publicação subsequente, a autora explicitou melhor as restrições de sua classificação, esclarecendo que

outras questões são trazidas por manuais que também se destinam aos professores, mas que se referem a outros campos de conhecimento, como é o caso da psicologia, biologia e sociologia educacionais, entre outros, exigindo outras investigações. (Silva, 2004, p. 626).

A periodização considerada por Silva em seus primeiros trabalhos iniciava-se em 1930 “em função de mudanças levadas a efeito em escolas normais de vários estados do Brasil e, principalmente, de um notável aumento de publicações destinadas aos futuros professores”, e o marco final foi definido em função da promulgação da Lei nº 5.692, de 1971, e pelo “fato de, nesse momento, as edições se apresentarem por meio de recursos tipográficos mais sofisticados” (2003, p. 30). A circunscrição geográfica do levantamento limitou-se, inicialmente, a acervos localizados em bibliotecas significativas da área de educação em São Paulo e Campinas. Apesar de esse trabalho de Silva estar centrado nos professores primários formados pelas escolas normais, no arrolamento feito pela autora não houve preocupação em diferenciar os manuais segundo os graus de ensino para os quais eram destinados, mesmo porque muitos deles eram explicitamente dedicados tanto às Escolas Normais como aos Institutos de Educação e até mesmo às faculdades de Filosofia, onde eram formados os professores das diversas disciplinas do ensino secundário.

Muito embora a metodologia utilizada nesses trabalhos iniciais estivesse atenta às categorias elaboradas por Chartier, tais como os “suportes do texto” e os “protocolos de leitura”, a ênfase recaiu sobre os conteúdos dos manuais, “particularmente pela forma como eles reúnem e sintetizam saberes pedagógicos” (Silva, 2003, p. 34).

Perseguindo seu objetivo central de “identificar alguns dos modos pelos quais se constitui uma cultura profissional docente” (Silva, 2003, p. 33), o levantamento dos manuais, associado ao seu cruzamento com outras fontes, notadamente regulamentos, programas e normas referentes ao ensino normal, levou a autora a distinguir, no decorrer do período considerado, diferentes “representações da prática docente” veiculadas pelos manuais analisados. De 1930 a 1946 ela identifica um “entusiasmo pelo movimento escolanovista” que, mesmo sem o consenso dos educadores, estimulou “a adequação de informações produzidas pela psicologia, sociologia, entre outras áreas, para explicar questões de aprendizagem e propor a racionalização das práticas pedagógicas” (Silva, 2003, p. 48). Os anos de 1947 a 1959 seriam tempos de “proposição de metodologias de ensino”, momento em que se enfatiza “aspectos relacionados ao planejamento do trabalho docente, desde a definição dos objetivos até as estratégias de transmissão de conhecimentos aos alunos e de avaliação” (Silva, 2003, p. 48). Finalmente, ao longo dos anos de 1960 haveria o domínio crescente de certo tecnicismo, caracterizado pela “apresentação de tecnologias a serviço da eficiência das atividades pedagógicas” (Silva, 2003, p. 46).

Como se pode ver, a classificação feita por Silva baseando-se em seu exame dos manuais pedagógicos reforça quadros explicativos tradicionais elaborados para dar conta da evolução da educação brasileira através do tempo, tais como aqueles baseados nas pesquisas educacionais realizadas (Gouveia, 1971) ou na história das ideias educacionais (Saviani, 1983). Avessos a exibir rupturas, como se pode corroborar pela labilidade dos marcos temporais utilizados, esses quadros se esforçam em identificar “correntes e tendências” a conduzir, incessantemente, ora num sentido, ora noutra, as ações educativas. A certeza da continuidade é tamanha que Silva, que já havia estendido suas conclusões baseadas em acervos paulistas para o resto do Brasil, passa, em seguida, sem nenhum sobressalto, a incluir também em suas análises manuais pedagógicos em circulação em Portugal, pois se trata de “encontrar aproximações e distâncias entre pensamentos e práticas por meio deles” (Silva, 2004, p. 629). Essa aproximação geográfica, tecida pelos “saberes em viagem”, seria complementada por uma continuidade no decorrer do tempo, fazendo com que a autora ampliasse sua periodização para incluir os primeiros manuais brasileiros e portugueses dos anos de 1870, definindo artificialmente uma delimitação correspondente ao século compreendido entre 1870 e 1970 (Silva, 2006).

Apesar de longo, vale a pena reproduzir um trecho que expõe de maneira clara as vicissitudes apontadas acima na classificação dos manuais pedagógicos elaborada por Silva (2008, p. 11-12):

De um modo geral, a oposição entre manuais mais teóricos e aqueles mais práticos permitiu agrupar os títulos de finais do século XIX, os primeiros a serem publicados, numa categoria marcada por um pequeno grau de especialização porque esses livros apenas descreveram os tópicos previstos para os concursos e, ao mesmo tempo, dirigiram-se a um público amplo, ou seja, todos aqueles que quiseram ingressar na carreira docente via concursos. Um caso exemplar e até curioso foi o de Baganha (1878), que escreveu um manual porque ajudou suas irmãs a prestarem concurso de ingresso na carreira docente, embora esse escritor tenha sido formado na área de pecuária. Já os manuais das primeiras décadas do século XX tiveram um conteúdo com maior especialização na área educacional, dirigindo-se a um grupo mais selecionado, o dos alunos das Escolas Normais. Foi um momento de consolidação desses cursos e da própria Pedagogia como área de conhecimento (Nóvoa, 1987). Em meados do século XX o conteúdo teve um caráter mais técnico, tratou mais diretamente das tarefas a serem realizadas pelos professores em sala de aula e atenderam a um público crescente, posto que houve uma significativa expansão dos cursos de formação docente, notavelmente no caso brasileiro (Tanuri, 2000), exigindo dos escritores dos manuais a opção por um conteúdo cada vez mais simplificado e próximo de um receituário.

A transposição arbitrária da classificação dos manuais escolares para a história da educação brasileira (e portuguesa) é levada ao paroxismo em trabalho posterior conjunto de Catani e Silva (2009), quando as autoras retomam suas preocupações iniciais com a cultura profissional dos professores. Valendo-se, agora, muito mais dos conteúdos dos oitenta manuais arrolados, os quais lamentam “não seja possível descrever em detalhe” (Catani; Silva, 2009, p. 9), elas identificam paradigmas na história dos manuais pedagógicos em função dos quais se poderiam distinguir sucessivamente diferentes períodos na história da profissão.

Assim, os manuais de 1870 a 1890 teriam como característica “o professor como personagem central da escola”; de 1890 a 1910 eles refletiriam “a organização da instituição escolar como principal conhecimento para o trabalho docente”; de 1910 a 1940 os manuais pedagógicos expressariam “a compreensão do aluno como principal aquisição dos professores”; e, de 1940 a 1970, seria a vez dos livros didáticos privilegiarem “os métodos de ensino como núcleo dos saberes para a excelência docente”.

Em capítulo preparado por Catani e Silva para a coletânea sobre a profissão docente patrocinada pela Sociedade Brasileira de Educação, agora restringindo explicitamente seu trabalho à “análise dos conteúdos veiculados nos manuais pedagógicos” do Brasil, as autoras se baseiam na teorização abstrata e esquemática do “triângulo pedagógico” de Houssaye para enxugar a denominação daqueles períodos. Com base nos polos daquele triângulo, ou seja, o professor, o aluno e os conteúdos de ensino, os quatro paradigmas dominantes seriam: “privilégio à figura do professor”, de 1870 a 1890; de 1890 a 1910, o privilégio se deslocaria “à representação da escola”; de 1910 a 1940 haveria um apanágio da “figura do aluno”; e, de 1940 a 1970, o privilégio dos manuais recairia nos “métodos de ensino” (Catani; Silva, 2011, p. 202).

Perseguindo a formação docente

A pesquisadora Thabatha Aline Trevisan começa a fazer o seu levantamento de livros didáticos partindo de uma concepção de manual pedagógico estritamente vinculada à formação do professor primário. O que ela preferiu denominar “manual de ensino” (Trevisan, 2011, p. 31) seria

um tipo de livro utilizado para a condução do processo de ensino no âmbito dos cursos de formação de professores (escolas normais, institutos de educação e/ou faculdades de filosofia) visando à formação e ao aperfeiçoamento das atividades docentes. Portanto, são livros que ensinam a ensinar ou que contêm os saberes necessários, e, por vezes, as práticas também, de uma determinada disciplina necessária à formação do futuro professor.

É interessante observar que a autora retira *ipsis litteris* essa concepção de sua dissertação de mestrado, dedicada a um manual pedagógico de Antonio d’Ávila, notório autor de livros didáticos destinados à formação docente nas décadas de 1940 e 1950 (Trevisan, 2007). Tendo feito sua iniciação científica no grupo de pesquisa de Maria do Rosário Longo Mortatti sobre história do ensino de língua e literatura no Brasil, ela foi convenientemente orientada sobre a maneira de elaborar um instrumento de pesquisa tendo como fonte impressos de forma geral. Assim, Trevisan (2011, p. 67) pôde instrumentalizar sua busca por meio de diretivas pragmáticas, tais como a de que “os manuais deveriam conter palavras em seus títulos que indicassem o ‘ensinar a ensinar’, ou a palavra ‘pedagogia’, e/ou informações, tais como as seguintes frases: ‘para uso das Escolas Normais e Institutos de Educação’, ‘indicado para professores primários e normalistas’”. Como se pode verificar nas primeiras comunicações do seu trabalho (Trevisan, 2008a, 2008b), essa metodologia fez com que ela arrolasse em seu levantamento obras tais como *História da Pedagogia*, perfeitamente de acordo com seu conceito transcrito acima de manual de ensino, mas que foram descartadas na tese, já que seu interesse recaiu “sobre a Pedagogia como disciplina do currículo dos cursos de formação de professores das Escolas Normais do Estado de São Paulo” (Trevisan, 2011, p. 67).

Embora essa decisão seja discutível, uma vez que a história da pedagogia muitas vezes fazia parte da disciplina de pedagogia como um todo ou era indicada como leitura complementar (Gatti Júnior; Guimarães, 2012), fica claro que a pesquisa tinha como polo aglutinador o uso dos manuais pelas normalistas paulistas, num espaço de tempo – 1874 a 1959 –, marcado pela primeira e última menção à pedagogia como disciplina da Escola Normal. Por outro lado, sua experiência no mestrado com manuais pedagógicos, orientada por Ana Clara Bortoleto Nery, que já vem há algum tempo pesquisando a produção impressa de professores das escolas normais, lhe havia revelado a variedade de modos de os livros e autores serem referenciados nos documentos escolares. Dessa forma, além dos acervos específicos nas bibliotecas, Trevisan também passou a pesquisar

outras fontes, tais como programas, regulamentos e provas aplicadas na disciplina, para encontrar indícios de manuais em circulação entre alunos e/ou professores das escolas normais e, em seguida, procurar localizá-los.

Orientada por Mortatti e munida de seu rigoroso instrumento de pesquisa, Trevisan classificou 88 manuais destinados ao ensino de pedagogia por ela encontrados em função da década de publicação, da nacionalidade (brasileira ou estrangeira) de seus autores, dos autores com maior quantidade de títulos por ano e editora e das editoras que publicaram esses livros para cada década no período de tempo considerado. A constatação de que a maioria dos manuais de ensino em circulação nas escolas normais paulistas escrita por estrangeiros era francesa levou a autora a localizar e a consultar esses manuais na França. Além de dar origem a uma comunicação (Trevisan, 2010), esse estágio francês, como veremos, contribuiu para que a autora retrocedesse a sua periodização. Devido às dificuldades de localização das obras, não foi possível cotejar sucessivas edições desses manuais para corroborar as afirmações de Silva a respeito de, por exemplo, sua constatação de que a maioria dos manuais de pedagogia teve apenas uma primeira edição (Silva, 2008, p. 3). Todavia, o *corpus* construído por Trevisan se apresenta como um todo consistente, e suas descrições dos manuais localizados, ilustradas por inúmeras capas e/ou páginas de rosto, constituem uma contribuição imprescindível para a temática.

Para os objetivos deste trabalho, interessa-nos examinar como a autora utilizou os seus achados para estruturar sua história da disciplina pedagogia para poder relacioná-la, assim, com a história da formação docente e das disciplinas escolares, não só em São Paulo, mas também no restante do País. Nesse sentido, acompanhamos a autora quando ela afirma que sua tese

contribui também para a história da educação no Brasil, uma vez que auxilia a pensar em questões relativas ao ensino e aos métodos para o ensino, ao conteúdo escolar, aos saberes e práticas prescritos oficialmente ou não e que circularam por todo o País por meio dos discursos dos professores e reformadores concretizados, em grande parte, nos manuais de ensino destinados à formação de professores (Trevisan, 2011, p. 46).

Dada a tardia criação da Escola Normal em São Paulo em relação a outras províncias, Trevisan começa sua periodização pela década de 1870, o que lhe permitiu incluir uma descrição do manual de Daligault, cuja tradução brasileira já estava em circulação pelo País desde a década anterior. Apesar da reconhecida apropriação e circulação desse manual em São Paulo (Bastos, 2011, p. 498), a autora não referencia sua utilização na escola paulista, o que, a nosso ver, torna sua extensa inclusão no texto arbitrária. Depois de agrupar os manuais de ensino por décadas, Trevisan delimita dois momentos na trajetória da disciplina de pedagogia: o de constituição (1870-1900) e o momento de consolidação da disciplina (1900-1959). Tanto as décadas como os momentos não são tomados

por ela como marcos cronológicos, servindo apenas para organizar os manuais segundo o ano de publicação e para distinguir um período de outro. Como explica Trevisan (2011, p. 202-3), na classificação feita não quer dizer que as décadas e os momentos “sejam datas fixas ou que os acontecimentos não tenham ultrapassado os limites de uma década para outra, de um momento para o outro”, reconhecendo que “foi bem isso o que aconteceu e tornou a compreensão e a delimitação cronológica dos momentos uma das etapas mais difíceis”.

Ao longo desses mais de 80 anos de existência da pedagogia, Trevisan (2011, p. 37) detectou “mudanças e permanências, especialmente na nomenclatura, nos conteúdos e nas finalidades dessa disciplina, o que indica estreita relação com mudanças e permanências nas concepções de professor e sua formação”. Ela erige o documento intitulado *O futuro da pedagogia é científico*, escrito por Oscar Thompson, então diretor da Escola Normal de São Paulo, por ocasião da inauguração do “Gabinete de Psicologia e Antropologia Pedagógica”, em 1914, emblemático para a caracterização desses dois momentos, citados acima, por apresentar, “em sua configuração, rupturas, permanências e novas proposições para a disciplina pedagogia” (Trevisan, 2011, p. 37-38). Apoiando-se em Carlo Ginzburg, ela pondera que “o emblema é representativo de uma mudança profunda, mesmo que não tenha sido ele o vencedor na disputa entre o que era dado ou tomado como certo e o desconhecido que é o novo que se propõe” (Trevisan, 2011, p. 45), ou seja, mesmo que em 1914 ainda não se pudesse divisar claramente uma ruptura na disciplina pedagogia, o discurso de Thompson já anunciava a mudança em direção a uma pedagogia científica, predominantemente embasada na psicologia experimental.

Assim, gradativamente, a partir do início do século passado, teria havido uma transformação na disciplina pedagogia, perceptível nos manuais de ensino, e que teria sido efetivada pela intermediação desses mesmos manuais. Sumarizando o primeiro estágio dessa transformação, momento da “constituição da disciplina Pedagogia” nas escolas normais paulistas, Trevisan (2011, p. 118) conclui que ela foi

delineada pelos documentos que a normatizaram e também pelos sujeitos que participaram do processo de discussão e elaboração desses documentos, que os assinaram, por exemplo, os professores da disciplina, os sujeitos que atuaram como diretores da Escola Normal e da instrução pública.

Para Trevisan (2011, p. 200), o estágio de 1900 a 1959, de consolidação da disciplina, também foi delineado pelos mesmos elementos, porém, com menor influência dos documentos reguladores e “também pelos autores dos manuais e pelos manuais que circularam nesse segundo momento”. Para ela, os manuais de ensino e seus autores fizeram a diferença nessa fase, contribuindo

efetivamente para a mudança de rumo da disciplina pedagogia ao divulgar as práticas ou as novas práticas que foram se estabelecendo nesse segundo momento, ao sintetizar e divulgar as novas bases da Pedagogia, os métodos de ensino, as traduções que fizeram de manuais teóricos escritos por autores estrangeiros, os conteúdos tidos como necessários e importantes para os futuros professores. (Trevisan, 2011, p. 200).

Problematizando a modernidade

O interesse de Marta Maria Chagas de Carvalho pelos livros didáticos remonta ao início da década de 1990, quando ela teve um papel decisivo na criação do Centro de Memória da Educação da Universidade de São Paulo. Seus trabalhos anteriores sobre as reformas escolares no Brasil nas primeiras décadas do século 20 estão na origem de seus trabalhos de investigação nessa área. No levantamento citado de Ossenbach (2001, p. 339), consta um trabalho onde essa preocupação fica clara já no título, *Manuais escolares: reforma educacional e usos pedagógicos do impresso: algumas questões historiográficas*. Na palestra inaugural do II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, ela apresenta um programa de pesquisa que “toma o impresso como objeto de investigação, em duplo sentido: como dispositivo de normatização pedagógica mas também como suporte material das práticas escolares” (Carvalho, 1998, p. 35). Nessa conferência, Carvalho faz uma advertência que reproduzimos na íntegra não só por expressar bem sua postura frente à “complexidade da relação entre os usos escolares do impresso e suas prescrições”, mas também porque, a nosso ver, não tem sido considerado devidamente pelas pesquisas sobre os manuais pedagógicos até aqui analisadas:

Se, por um lado, é necessário situar o impresso de uso escolar relativamente às modalidades diferenciadas de concepção pedagógica que presidem a sua distribuição, por outro é necessário pensar que, uma vez produzido e distribuído, o impresso de destinação escolar pode ganhar vida própria, sendo objeto de usos não previstos pelas regras que presidiram a sua produção. O que significa também que *um mesmo impresso pode comportar usos muito diferenciados em tempos e espaços distintos*. O que significa ainda que sua credibilidade como fonte historiográfica que informa sobre os usos que dele foram feitos é largamente dependente da possibilidade de circunscrever, com o recurso a outras fontes, situações de uso bem configuradas. E que determinar as estratégias políticas, pedagógicas e editoriais que produziram e fizeram circular um impresso é condição necessária, mas não suficiente para se dar conta dos usos que dele são feitos. (Carvalho, 1998, p. 35, grifo nosso).

Nos anos seguintes, Carvalho procurará desenvolver o programa exposto naquele evento em seus projetos de pesquisa, publicações, cursos e orientações, sempre tendo em mente as considerações acima citadas, explicitamente calcadas nas “artes de fazer” de Michel de Certeau. Para os objetivos deste artigo, consideraremos, nessa vasta produção, os

trabalhos que dizem respeito diretamente à classificação e à análise de manuais pedagógicos.

No primeiro trabalho de que temos notícia no qual Carvalho (2000, p. 111). estabelece uma classificação dos manuais, há distinção do manual assemelhado a uma “caixa de utensílios” daquele considerado por ela como “biblioteca”. Essa categorização seria em seguida utilizada pela autora em trabalho ampliado sobre a mesma temática, no qual se inclui, também, uma discussão sobre a revista *A Eschola Publica*, impresso emblemático de divulgação do modelo escolar paulista de escolarização ao final do século 19 (Carvalho, 2001). Ambas as categorias estariam associadas a modelos escolares distintos: a primeira ao manual, repleto de exercícios, modelos de atividades e prescrições práticas para o professor; a segunda constituindo um repertório de informações para fundamentar a ação do professor, acrescido de prescrições metodológicas para subsidiar sua prática. A “caixa de utensílios” seria própria de um modelo de formação baseado na cópia de modelos exemplares e na imitação de práticas modelares, característica da “Escola Modelo”, enquanto a “biblioteca” seria destinada a compendiar os saberes pedagógicos necessários à formação da mentalidade e da prática do professorado, constituindo a cultura escolar típica de um “Instituto de Educação”. A primeira espécie de manual estaria baseada no exercício das “faculdades da alma” para promover a aprendizagem; a segunda estaria informada pelas ciências da educação, particularmente pela psicologia experimental. Teria havido, assim, um deslocamento da pedagogia como “arte de ensinar” para a pedagogia como “ciência da educação”.

Essa classificação feita por Carvalho está estreitamente vinculada ao processo de modernização educacional das décadas de 1920-30, representando a biblioteca – denominação designadamente inspirada na coleção *Biblioteca de Educação* organizada por Lourenço Filho para a Companhia Melhoramentos a partir de 1927 –, o modelo de formação docente apregoado pelos partidários da Escola Nova. Essa mesma tendência presidiria sua orientação da tese de Maria Rita de Almeida Toledo sobre a coleção *Atualidades Pedagógicas*, organizada pelo escolanovista Fernando de Azevedo para a Companhia Editora Nacional, de 1931 em diante, outra biblioteca escolar para a formação do professor (Toledo, 2001). Nesse trabalho, Toledo identificou significativas inovações editoriais, revelando a profícua parceria entre autores e editores coordenada por Azevedo, alterando dispositivos tipográficos e textuais, tais como capas, orelhas dos livros, índices operacionais, prefácios com orientações de leitura, notas de rodapé, etc., introduzindo no País o tipo de codificação própria dos livros didáticos que Escolano Benito (2006) denominou na Espanha de “primera manualística”.

A clivagem nos saberes pedagógicos apontada pela autora seria matizada em trabalhos posteriores pela introdução de mais duas categorias: a de “tratado”, denominação já referida brevemente em trabalhos anteriores, e “guia de aconselhamento” (Carvalho, 2005; 2006; 2007). Este último seria aquele manual originário da época do

renascimento escrito para a elevação moral dos leitores, geralmente jovens aristocratas aos cuidados de preceptores e que posteriormente adentraram a escola moderna trazendo instruções de comportamento (religioso, moral e, posteriormente, cívico e sexual) juntamente com preceitos deontológicos para professores e regras de conduta para os alunos.

O manual de pedagogia francês de Daligault citado é o paradigma apresentado por Carvalho, mas o manual de De Gérando, para o ensino mútuo, também pode ser considerado um típico “guia de aconselhamento” que circulou em meados do século 19 no Brasil. Os primeiros autores desses livros para as escolas foram geralmente dirigentes de escolas de formação religiosa ou mesmo laica, refletindo, sobretudo, sua própria experiência no manejo das aulas e na organização do ensino.

Essa categoria de manual foi introduzida por Carvalho para dar conta do movimento de saberes pedagógicos tradicionais na modernidade, postos cada vez mais de lado nos currículos de formação de professores, exatamente em virtude da ocupação crescente desse território pela chamada pedagogia “científica”. Poderíamos dizer que, hoje, seria mais frequente encontrarmos os “guias de aconselhamento” nas prateleiras dos livros tipo “autoajuda” do que nas seções destinadas à educação em geral.

Já a categoria do “tratado” foi introduzida por Carvalho para diferenciar dois modelos diferentes a informar a pedagogia moderna. O primeiro, mais antigo, que tem como paradigma os manuais franceses de Compayré publicados no final do século 19, é aquele manual que procura compendiar os fatos da pedagogia “como corpus de proposições doutrinárias dedutivamente derivadas de conhecimentos filosóficos ou científicos, deduzida de princípios científicos e/ou filosóficos” (Carvalho, 2006, p. 10). Em oposição à “caixa de utensílios”, compilação indutiva de saberes exemplares testados na prática docente, o “tratado” apresenta a pedagogia como a aplicação de princípios gerais às situações de ensino. Diversas também são as concepções psicológicas da criança: enquanto a “caixa de utensílios” seria adequada ao exercício das “faculdades da alma”, o “tratado” tem por fundamento uma psicologia associacionista dos estados mentais, tendo como modelo o ensino intuitivo baseado nas “lições de coisas”.

Para Carvalho, essas categorias de manuais, embora surjam sucessivamente no decorrer do tempo, dos “guias de aconselhamento” às “bibliotecas”, passando pelas “caixas de utensílios” e pelos “tratados”, nos revelam permanências e transformações que ocorrem nos saberes pedagógicos, representando cada categoria um paradigma predominante em determinados tempos e espaços escolares. São simplesmente indicações acerca da tendência majoritária num determinado sistema de ensino, circulando, muitas vezes, simultaneamente e durante longo tempo no meio escolar. Porém, mais do que isso, essa classificação permite distinguir na trajetória da pedagogia embates decisivos entre diferentes modelos de formação docente, especialmente o que ocorreu nas décadas de 1920 e 1930 na educação brasileira, temática recorrente trabalhada pela autora, como se pode observar pela seguinte passagem mencionada em trabalho recente:

Como se viu, no campo normativo da *pedagogia moderna*, essa *pedagogia prática* que animou as iniciativas de institucionalização da escola no Estado de São Paulo a partir do final do século XIX, a pedagogia é arte de ensinar. Estruturando-se sob o primado da visibilidade, essa pedagogia propõe-se como arte cujo segredo é a boa imitação de modelos. Diferentemente, a *pedagogia da Escola Nova* que se difunde no País a partir de meados da década de 1920 pretende subsidiar a prática docente com um repertório de saberes autorizados, propostos como seus fundamentos ou instrumentos (Carvalho, 2011a, p.191, grifo no original).

À guisa de conclusão

Analisando o estágio atual do levantamento e catalogação de manuais de pedagogia no Brasil encontramos pesquisas que partem de diferentes hipóteses de trabalho para a classificação desses manuais. A primeira vertente, aqui representada pelos trabalhos de Silva, considera que os manuais expressam as relações que se estabelecem na escola entre professor, aluno e objetivos da educação, procurando descrevê-las da perspectiva docente. Identificando, nos manuais, mudanças e permanências na cultura escolar, essa abordagem reconhece como vetor histórico da transformação da pedagogia de 1870 a 1970 a importância crescente da influência da psicologia, que teria acarretado a transmutação do ensino numa questão de aprendizagem. Seu programa de pesquisa tem se limitado a recolher, tanto no Brasil como em Portugal, manuais de ensino em circulação naquela época, comparando-os entre si com vistas a determinar a espécie de prescrições que são apresentadas ao professor. Podemos dizer que, nesse enfoque, todos os manuais de pedagogia são considerados, *lato sensu*, como “caixas de utensílios” destinadas ao professor. Nessa frente de trabalho, a acumulação empírica das fontes e o conseqüente progresso no conhecimento dos manuais de pedagogia nos parece estar perto de ter esgotado sua fecundidade em fornecer chaves para a compreensão da história do ensino entre nós.

A segunda perspectiva de análise utiliza os manuais como fonte para a história da pedagogia enquanto disciplina escolar do currículo das escolas normais do Estado de São Paulo. Como resultado, essa linha de pesquisa identifica um momento de inflexão da pedagogia nas primeiras décadas do século passado que, a partir de então, faria com que ela se consolidasse como disciplina científica. Nesse sentido, podemos dizer que, para os adeptos dessa perspectiva, os manuais pedagógicos sempre se apresentam como “tratados”, variando apenas seu grau de cientificidade. Partindo de uma concepção mais estrita de manual de ensino, ou seja, como *textbooks* efetivamente utilizados na disciplina de pedagogia, essa linha, tal como apresentada nos trabalhos de Trevisan, se moveu inicialmente no interior de uma configuração espacial e temporal bem delimitada, contrastando, assim, com a perspectiva anterior.

Outra diferença está no tratamento em pé de igualdade dos manuais escritos por brasileiros e os traduzidos, fato que está levando esse programa de pesquisa a estender seus marcos espaciais e temporais, aproximando a pedagogia escolar brasileira daquela praticada em outros países. Dado o caráter ainda incipiente desta compreensão dos manuais pedagógicos, acreditamos que muitas ilações inusitadas ainda poderão advir de seu desenvolvimento, dada sua evidente relação com a instigante questão da modernização da sociedade brasileira.

Finalmente, a categorização que tem sido feita dos manuais pedagógicos por Carvalho, está visivelmente associada com a história dos saberes escolares, tanto do ponto de vista das ideias educacionais, como da prática pedagógica. Os manuais são tomados como partes integrantes de teorias ou práticas educativas em circulação e/ou uso, tendo um papel fundamental na elaboração e utilização de modelos escolares, considerados como ferramentas de análise capazes de “conferir inteligibilidade a práticas e processos históricos” (Carvalho, 2011, p. 188). Dessa maneira, a incidência desses modelos, pela própria característica de sua construção, pode ter lugar nos mais diversos tempos e espaços, independentemente do estabelecimento ou não de nexos entre esses modelos, muitas vezes existindo juntos e misturados no cotidiano escolar. Isso abre ao programa vasto campo de pesquisa, podendo abordar desde os “guias de aconselhamento”, brasileiros e estrangeiros, da época colonial, até os manuais instrucionais contemporâneos produzidos por agências internacionais para implementar projetos educacionais nas mais diversas áreas e dos mais variados tipos, em colaboração com o governo brasileiro. Uma vez que a própria caracterização dos modelos escolares através do tempo também está sujeita a modificações, a pedagogia subjacente aos “métodos de alfabetização”, “projetos de ensino”, “educação inclusiva” etc., presente nesses materiais, também pode ser considerada portadora de modelos escolares como os descritos pela linha que estamos considerando.

Todavia, a labilidade intrínseca da caracterização que tem sido proposta por Carvalho terá de ser minorada pelo aperfeiçoamento de sua conceituação teórica, evitando incompreensões na sua utilização e para que seu uso não dissolva arbitrariamente semelhanças e diferenças entre os manuais. Assim, por exemplo, nos parece inconsistente com essa abordagem a perplexidade de Nery (2011, p. 10) – “Algo, no entanto, parece fora do lugar” – diante da presença de manuais dos portugueses José Augusto Coelho e Faria de Vasconcelos, exemplos paradigmáticos de “tratados” na classificação de Carvalho, na biblioteca da Escola Normal de Piracicaba. Por outro lado, a inclusão de um livro de Sampaio Dória, autor do “tratado” *Princípios de Pedagogia*, na “biblioteca” organizada por Lourenço Filho (Carvalho, 2011b, p. 3), mais do que evidenciar a transição de uma pedagogia moderna para a pedagogia da Escola Nova, parece nos indicar muito mais uma diferença de materialidade entre essas duas categorias. Afinal, o “tratado”, do mesmo modo que a “biblioteca”, também “deixa de fornecer cânones para oferecer fundamentos, subsidiando

a prática docente com o repertório de saberes que põe em circulação, legitimando-os” (idem). Ou seja, a história dos manuais de ensino está tão imbricada com a história dos modelos escolares que, muitas vezes, é difícil determinar com segurança se são os manuais de ensino que conformam os modelos escolares ou se são os modelos que prescrevem os manuais. Daí a importância das pesquisas aqui analisadas para a história da pedagogia no Brasil.

Referências bibliográficas

BASTOS, Maria Helena Câmara. Aprendendo o labor docente: o curso prático de Pedagogia de Jean-Baptiste Daligault (1851). In: COLOQUIO NACIONAL DE HISTORIA DE LA EDUCACIÓN, 16., 2011. *Arte y oficio de enseñar: dos siglos de perspectiva histórica*. El Burgo de Osma, España: SEDHE, 2011. p. 497-505.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: CATANI, Denice Bárbara; SOUSA, Cynthia Pereira de (Org.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1998. p. 31-40.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (Org.). *Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação*. São Paulo: EdUSP, 2001. p. 137-168.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A caixa de utensílios e o tratado: modelos pedagógicos, manuais de pedagogia e práticas de leitura de professores. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Goiânia. *Anais eletrônicos...* Goiânia: SBHE, 2006. CD-ROM.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Estratégias editoriais e territorialização do campo pedagógico: um livro de Sampaio Dória sob a pena do editor da Biblioteca de Educação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2011, Vitória. *Anais eletrônicos...* Vitória: SBHE, 2011b. CD-ROM.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Modernidade pedagógica e formação docente. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 111-120, 2000.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Pedagogia moderna, pedagogia da Escola Nova e modelo escolar paulista. In: CARVALHO, Marta Maria Chagas de; PINTASSILGO, Joaquim (Org.). *Modelos culturais, saberes pedagógicos, instituições educacionais: Portugal e Brasil, histórias conectadas*. São Paulo: EdUSP, 2011a. p. 185-212

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Uma biblioteca para formar professores na escola normal (São Paulo, 1882). In: CONGRESO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DE LA EDUCACIÓN LATINOAMERICANA, 6., 2005, Bolívia. *Anais eletrônicos...* Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2005. CD-ROM.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Uma biblioteca pedagógica francesa para a Escola Normal de São Paulo (1882): livros de formação profissional e circulação de modelos culturais. In: BENCOSTA, Marcus Levy (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 17-40.

CATANI, Denice Barbara; SILVA, Vivian Batista da. Memória e história da profissão dos professores: as representações sobre o trabalho docente nos manuais pedagógicos. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, 2009. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2009/10/343o-2-Ana-Maria-_7_1.pdf>. Acesso em: 30 maio 2012.

CATANI, Denice Barbara; SILVA, Vivian Batista da. Cultura profissional dos professores: construções da excelência docente (Brasil, 1870-1970). In: CORREA, Rosa Lydia Teixeira, MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos; SIMÕES, Regina Helena Silva (Orgs.). *História da profissão docente no Brasil*. Vitória: EDUFES, 2011. p. 197-228.

ESCOLANO BENITO, Agustín. La codificación de la primera manualística. In: ESCOLANO BENITO, Agustín (Org.). *Historia ilustrada de la escuela en España*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2006, p. 219-240.

GATTI JÚNIOR, Décio; GUIMARÃES, Rosângela. A institucionalização da disciplina História da Educação na Escola Normal mineira na primeira metade do século XX. *Educação*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 54-65, 2012.

GOUVEIA, Aparecida Joly. A pesquisa educacional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 1, p. 1-47, 1971.

MUNAKATA, Kazumi. Apêndice bibliográfico: Brasil. In: OSSENBACH, Gabriela; SOMOZA, Miguel (Org.). *Los manuales escolares como fuentes para la Historia de la Educación en América Latina*. Madrid: UNED, 2001. p. 337-344.

NERY, Ana Clara Bortoleto. Cultura pedagógica e formação de professores: a biblioteca da Escola Normal de Piracicaba (1911-1920). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2011, Vitória. *Anais eletrônicos...* Vitória: SBHE, 2011. CD-ROM

OSSENBACH, Gabriela; SOMOZA, Miguel (Org.). *Los manuales escolares como fuentes para la Historia de la Educación en América Latina*. Madrid: UNED, 2001.

SAVIANI, Dermeval. Correntes e tendências da educação brasileira. In: MENDES, Durmeval Trigueiro (Org.). *Filosofia da educação brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p. 19-47.

SILVA, Vivian Batista da. *História de leituras para professores: um estudo da produção e circulação de saberes especializados nos "manuais pedagógicos" brasileiros (1930-1971)*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SILVA, Vivian Batista da. Os manuais pedagógicos e seus prefácios como fontes para a história da formação docente e do campo educacional (Brasil e Portugal, 1870 – 1970). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008. *Anais eletrônicos...* Aracaju: SBHE, 2008. CD-ROM.

SILVA, Vivian Batista da. Uma história das leituras para professores: análise da produção e circulação de saberes especializados nos manuais pedagógicos (1930-1971). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, n. 6, p. 29-57, 2003.

SILVA, Vivian Batista da. Saberes em viagem nos manuais pedagógicos (Portugal – Brasil). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 613-632, 2004.

SILVA, Vivian Batista da. *Saberes em viagem nos manuais pedagógicos: construções da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970)*. 2006. 389 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL LIVRO DIDÁTICO, EDUCAÇÃO E HISTÓRIA. 2007. São Paulo. *Anais...* São Paulo: Faculdade de Educação/ USP, 2007.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial*. 2001. Tese (Doutorado em EHPS) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

TREVISAN, Thabatha Aline. *A Pedagogia por meio de "Pedagogia: teoria e prática" (1954), de Antônio d'Ávila*. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

TREVISAN, Thabatha Aline. *História da disciplina Pedagogia nas Escolas Normais do Estado de São Paulo (1874-1959)*. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., Porto, 2008. *Anais eletrônicos...* Porto: SPCE, 2008a. CD-ROM.

TREVISAN, Thabatha Aline. *Manuais de ensino de Pedagogia no Brasil: um instrumento de pesquisa (1874-1959)*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., Aracaju, 2008. *Anais eletrônicos...* Aracaju: SBHE, 2008b. CD-ROM.

TREVISAN, Thabatha Aline. *Manuais de pedagogia franceses para formação de professores no Brasil (1851-1959)*. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 8., São Luís, 2010. *Anais eletrônicos...* São Luís: SPCE, 2010. CD-ROM.

TREVISAN, Thabatha Aline. *História da disciplina Pedagogia nas escolas normais do Estado de São Paulo (1874-1959)*. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

Wojciech Andrzej Kulesza, doutor em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), é professor associado do Centro de Educação, docente de História da Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação e membro do grupo de pesquisa "Ciência, Educação e Sociedade" da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil.

wakulesza@gmail.com

Recebido em 13 de maio de 2013.

Aprovado em 25 de fevereiro de 2014.